

# A COOPERATIVA COMO UM AGENTE DE CAPITAL SOCIAL LOCAL: um estudo da percepção de dirigentes, cooperantes e comunidade da Cooperativa Agroindustrial Copagrill de Marechal Cândido Rondon-PR\*

---

Paulo César da Silva Ilha\*\*  
Jandir Ferrera de Lima\*\*\*  
Arlei Bieger\*\*\*\*  
Paulo Dejair Tomazella\*\*\*\*\*  
Carlos Alberto Piacenti\*\*\*\*\*

---

## RESUMO

*Este artigo busca caracterizações de capital social em cooperativa. Num primeiro momento procuram-se indícios de capital social investigando-se três vertentes importantes do cooperativismo: o pensamento cooperativista dos chamados “pensadores utópicos”, os princípios cooperativistas concebidos pela Aliança Cooperativista Internacional (ACI) e a análise do conceito segundo estudiosos importantes do cooperativismo. Em seguida examina-se a Copagrill, cooperativa agroindustrial situada no município de Marechal Cândido Rondon, Paraná, como um agente de capital social local. Como resultado, evidencia-se a fraca correlação com a caracterização de capital social na análise das vertentes do cooperativismo, encontrando-se, por sua vez, baixa participação de capital social dessa cooperativa no município.*

*Palavras-chave: Capital social. Desenvolvimento local. Desenvolvimento regional. Cooperativa.*

---

\* Uma versão preliminar deste texto foi apresentada no 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER e no III Encontro Científico de Ciências Sociais Aplicadas de Marechal Cândido Rondon - UNIOESTE/Campus de Rondon. Os autores agradecem as críticas e sugestões oriundas dessas apresentações, bem como as sugestões dos pareceristas desta revista.

\*\* Administrador de Empresas. Mestrando em Desenvolvimento Regional e Agronegócio na UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus Toledo. Professor da UNIFASS - Faculdade de Ensino Superior de Marechal Cândido Rondon. E-mail: paulocesarilha@yahoo.com.br

\*\*\* Economista. Pós-Doutor em Desenvolvimento Regional pela Université du Québec. Professor Adjunto do Centro de Ciências Sociais Aplicadas e do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da UNIOESTE - Campus Toledo. Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Grupo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (GEPEC) da UNIOESTE/Campus Toledo. E-mail: jandir@unioeste.br

\*\*\*\* Administrador de Empresas. Mestrando em Desenvolvimento Regional e Agronegócio na UNIOESTE - Campus Toledo. E-mail: biglei@yahoo.com.br

\*\*\*\*\* Advogado. Mestrando em Desenvolvimento Regional e Agronegócio na UNIOESTE - Campus Toledo. E-mail: paulotomazella@yahoo.com.br

\*\*\*\*\* Economista. Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Doutor em Economia Aplicada pela UFV. Professor Adjunto do Colegiado de Economia da UNIOESTE - Campus Toledo. Pesquisador do Grupo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (GEPEC) E-mail: piacenti8@yahoo.com.br

Artigo recebido para publicação em agosto/2008. Aceito para publicação em janeiro/2010.

## ABSTRACT

*This article examines social capital characterizations in cooperatives. Initially, it looks for evidence of social capital, investigating three important streams of cooperative: the cooperative thought, from the so-called “utopian thinkers”; the cooperative principles designed by ACI; and the concept analysis from important scholars familiar with the cooperative field. Subsequently, it analyzes Copagril - an agribusiness cooperative located in the city of Marechal Cândido Rondon, at the State of Paraná, in Brazil - as an agent of local social capital. As a result, finds evidence of weak correlation between the social capital characterization in the analysis of cooperative streams, and small participation of Copagril’s social capital in the city.*

*Keywords: Social capital. Local development. Regional development. Cooperative.*

## INTRODUÇÃO

A ideia de cooperativismo surgiu em meio às transformações promovidas pela revolução industrial no século XVIII, principalmente pelo surgimento da classe operária. O aparecimento do proletariado também culminara na sua organização classista, como forma de se unir diante das suas limitações econômicas, sociais e mesmo humanas. Dessa união é que surgiram as primeiras ações em relação à busca de novas formas de relacionamento social e econômico, o que fez nascer o associativismo.

Como resultado do movimento associativista, surgiu a primeira cooperativa a se desenvolver no mundo, em dezembro de 1844, na Inglaterra, concretizando uma nova proposta de realização econômica e social através de uma empresa diferenciada, em que todos os participantes fossem membros ativos da sociedade. Além disso, o associativismo garantiria a atuação conjunta em defesa dos seus interesses comuns por meio do desenvolvimento econômico de todos os cooperantes (ILHA, 2005).

Esse novo instrumento de desenvolvimento econômico e social espalhou-se rapidamente para todos os continentes, sendo adotado por países de diferentes formas de organização política. Contudo, não pôde ser considerado como um modelo intrínseco do capitalismo e nem do socialismo; as instituições cooperativistas têm um pouco do que é bom em cada ideologia (ABRANTES, 2004). É por essa razão que há um grande embate entre defensores e críticos da sua proposta.

Paralelamente ao fortalecimento do cooperativismo, surge, na década de 1970, a teoria endogenista, que estuda os desequilíbrios econômicos regionais da base para o topo, através das instituições e de novos fatores de produção tais como o capital humano e o capital social. Entendia-se que tais capitais poderiam ser estrategicamente gerenciados do local para o global (MORAES, 2003). Assim, é com base no capital social que se tem estudado a importância da comunidade, das relações sociais e da capacidade de cooperação de seus atores para o processo de desenvolvimento, mas pouco se tem discutido sobre o papel das cooperativas nesse contexto.

Com esse novo pressuposto, pergunta-se: pode a cooperativa ser concebida como elemento de capital social favorecendo o desenvolvimento local, ou seja, da comunidade como um todo?

Para buscar respostas a essa pergunta analisou-se o pensamento dos precursores do cooperativismo, os princípios do cooperativismo ao longo de sua história e o conceito de estudiosos importantes do assunto. Essa análise ofereceu elementos suficientes, ainda que limitados em relação ao universo total do cooperativismo. Por isso, realizou-se também um estudo de caso, por meio de pesquisa de campo, com uma abordagem quantitativa, buscando conceber a Cooperativa Agroindustrial Copagrill, situada no município de Marechal Cândido Rondon, Paraná, como elemento de capital social local.

## 1 CARACTERIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A literatura acadêmica que trata do tema do capital social parte, de modo quase generalizado, da constatação de que as variáveis econômicas não são suficientes para produzir desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável. Afirmam essas fontes que o crescimento econômico não produz, necessária e diretamente, o desenvolvimento social; relembram que as instituições e o sistema social são elementos-chave na resolução do problema do acesso aos benefícios econômicos produzidos e da sua repartição. Autores como Robert Putnam, James Coleman, Michael Woolcock, Henrique Rattner, Ricardo Abramovay, entre outros estudiosos do assunto, tratam, nos seus respectivos campos de estudo, das redes de compromisso cívico, das normas de confiança mútua e da riqueza do tecido associativo enquanto fatores fundamentais do desenvolvimento regional. Nesse sentido, os fatores de ordem social, institucional e cultural são, assim, reconhecidos por terem impacto direto no incremento qualitativo da comunicação entre indivíduos e atores sociais, na produção de melhores formas de interação social e na redução dos dilemas da ação coletiva (MILANI, 2004).

O desenvolvimento regional envolve fatores exógenos e endógenos. Os fatores exógenos são engendrados por investimentos externos atraídos pela rentabilidade de investimentos. Da mesma forma, políticas públicas, com interesse de melhorar as condições existentes numa região mediante investimentos em infraestrutura ou em qualificação profissional. Diferentemente da ideia tradicional de desenvolvimento regional, o mesmo pode ser gerado por forças endógenas, ou seja, pela própria comunidade local, por meio do chamado capital social (FERRERA DE LIMA, 2004).

Desse escopo de análise é que se destaca o novo elemento a ser considerado como importante referencial do desenvolvimento: o capital social. Segundo Moraes (2003), capital social significa relações sociais “institucionalizadas” na forma de normas ou redes sociais. Estas relações sociais são institucionalizadas porque representam acúmulos de práticas sociais culturalmente incorporadas na história das relações de grupos, comunidades ou classes sociais. Bandeira (2003), por sua vez, afirma que existe uma forte influência entre capital social e desenvolvimento econômico, pois o capital social torna possíveis ações conjuntas e colaborativas em prol da comunidade. Por isso, o desenvolvimento regional está também diretamente ligado às características da organização social e das relações cívicas encontradas em cada região ou território. Esta afirmação explica a não-homogeneização do desenvolvimento para todas as regiões de um país, e também por que acaba não se permitindo uma distribuição mais equitativa de renda entre os diversos grupos sociais. Evidencia-se que os efeitos distintivos de crescimento econômico concentrador são claramente desiguais e insuficientes para eliminar as situações de pobreza em que ainda vive uma significativa parcela da população.

As três formas explicativas para o desenvolvimento regional citadas anteriormente ainda não são totalmente suficientes para ensejar uma discussão mais apropriada sobre o tema, pois há que se levar em consideração também as questões do meio ambiente ecológico.

Ferrera de Lima (2002) apresenta o desenvolvimento sustentável como um conjunto de aspectos econômicos, sociais e ecológicos e afirma que a ciência moderna, e principalmente a grande parte das escolas do pensamento econômico, deveriam estudar esses três elementos de forma conjunta e não separada. A questão do desenvolvimento regional, e mesmo do desenvolvimento sustentável, passa necessariamente pelas relações democráticas da comunidade, e somente por meio da participação ativa dos atores locais é que se darão as condições necessárias para solucionar os problemas mais prementes das pessoas. Aí é que a cooperativa deveria se apresentar como instrumento importante nesse processo.

Os argumentos são de que os componentes sociais podem promover mudanças e alternativas de rotas no processo de desenvolvimento e nas escolhas feitas, e este processo e escolhas, por sua vez, podem provocar alterações nas relações sociais, permitindo novas práticas econômicas que promovam a formação de capital social. Assim, a cooperativa que se estabelece como instrumento de desenvolvimento econômico e social faz dessa organização algo significativamente diferente das demais empresas, contribuindo para o incremento do capital social.

Para tanto, uma alternativa singular e hipotética como estratégia do crescimento e do desenvolvimento regional seria a cooperativa, pois, pelo seu caráter ideológico e doutrinário, comporta as duas dimensões. Há que se ter claro, no entanto, que ela deverá cumprir o seu papel de organização empresarial, contribuindo definitivamente para o crescimento econômico dos municípios onde atua, e o seu caráter institucional, como promotora do desenvolvimento econômico e geradora de bem-estar para toda a comunidade onde está inserida.

Já existe um entendimento razoavelmente aceito sobre capital social – disseminado, principalmente, nas ciências sociais e humanas – de que essas variáveis (cultura, tradição, experiência, relacionamentos, entre outras) apresentam um papel importante no debate e na adoção de políticas sobre desenvolvimento regional. Além disso, alguns estudos têm reforçado o relacionamento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) com a presença de capital social. O aspecto inovador e de maior desafio que se apresenta a este pesquisador, contudo, é o de como conceber uma cooperativa como elemento de capital social, gerando desenvolvimento para a comunidade local.

## 2 CONCEPÇÃO DE COOPERATIVA COMO CAPITAL SOCIAL

A seguir, discute-se sobre capital social dentre os precursores do cooperativismo, bem como na promulgação dos princípios do cooperativismo da Aliança Cooperativista Internacional (ACI) e, ainda, na análise de conceitos de alguns estudiosos do cooperativismo atual.

## 2.1 PRECURSORES DO COOPERATIVISMO

O liberalismo econômico, surgido com a revolução industrial, apresentou margens a reações profundas por parte de um grupo de socialistas da época. Destacam-se aqui os principais nomes: Plockboy, John Bellers, Robert Owen, Philippe Buchez, Charles Fourier, Willian King e Louis Blanc. Eles e outros, inconformados com a opressão sobre os operários, procuraram, por meio de organizações baseadas na solidariedade e na autoajuda, dar fundamento a uma nova ordem econômica, mais humana e mais livre, em que a riqueza pudesse ser equitativamente distribuída e o homem passasse a viver em paz (PINHO, 1982).

Em vista dos seus avançados planos, os precursores foram cognominados, por Marx e Engels (1998), de “socialistas utópicos”, por pretenderem transferir para o operário o reinado capitalista vigorante, o qual, na teoria deles, deveria acabar definitivamente, pela socialização total das terras e dos bens de produção.

Basta uma análise rápida dos principais precursores do sistema cooperativista moderno para se afirmar que a grande questão, objeto de preocupação de todos eles, residia na eliminação pura e simples do lucro, ou da exploração do homem pelo homem. Eles colocavam o homem acima das suas relações produtivas, o homem à procura das suas satisfações pessoais e coletivas e não escravizado ou explorado pelo capital de poucos em nome do progresso material.

Esses socialistas utópicos, que deram base à ideologia cooperativista, tinham uma concepção clara de organização social comunitária como forma de resolver os problemas econômicos e sociais do proletariado, e acabaram oferecendo, mais tarde, uma contribuição extraordinária ao surgimento do cooperativismo moderno.

Esses precursores sonhavam com organizações comunitárias integrais e acreditavam que as pessoas ali inseridas, defensoras do ideal cooperativista, concretizavam uma relação de pessoas e não somente de capital, praticantes do cooperativismo e realizadores da cooperação, com atuação conjunta em defesa dos seus interesses comuns através da exploração econômica comum que propiciasse melhor qualidade de vida a todos. Mesmo considerando que o pensamento dos ditos “precursores” é antigo, pois viveram e escreveram nos séculos XVIII e XIX, há uma pertinência possível dessa concepção com a do capital social, bem mais recente.

## 2.2 PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO

Os pioneiros de Rochdale, bairro em Manchester, Inglaterra, foram 28 operários da indústria de tecelagem inglesa que deram base e constituíram a primeira cooperativa verdadeiramente a funcionar. O grande mérito deles e a razão do sucesso que alcançaram resultaram do excessivo cuidado ao constituírem sua cooperativa, só o fazendo depois de analisarem profundamente as várias modalidades de associações cooperativistas que haviam sido criadas no início do século XIX, idealizadas e postas em prática por um grupo de precursores e que mais tarde vieram a sucumbir. Esse cuidado os fez evitar a incorrência nos mesmos erros que haviam levado outras

cooperativas ao fracasso, como: a não igualdade do voto, a falta de conhecimento dos propósitos da cooperativa e a má distribuição das sobras. Buscando corrigir esses defeitos, normalizaram, nos estatutos da cooperativa que criaram, desde o início, algumas regras fundamentais colhidas das experiências anteriores, os chamados princípios cooperativistas (ILHA, 2005).

Os princípios do cooperativismo, segundo a ACI (2008), representam as linhas orientadoras da prática cooperativista. Buscando referências ao capital social dentre os princípios cooperativistas citados nos congressos mundiais junto ao órgão de cúpula do cooperativismo, fez-se uma analogia entre eles (quadro 1).

QUADRO 1 - PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS DA ACI: COMPARATIVO DOS ANOS DE 1844, 1937, 1966 E 1995

ROCHDALE 1844	CONGRESSO DE 1937	CONGRESSO DE 1966	CONGRESSO DE 1995
Adesão livre	Adesão livre	Adesão livre	Adesão voluntária e livre
Gestão democrática	Gestão democrática	Gestão democrática	Gestão democrática e livre
Retorno <i>pro rata</i> das operações	Juros limitados ao capital	Taxas limitadas de juros ao capital	Participação econômica dos membros
Juros limitados ao capital	Retorno proporcional às operações	As sobras eventuais pertencem aos cooperados	Autonomia e independência
Vendas a dinheiro	Neutralidade política e racial	Neutralidade social, política, racial e religiosa	Educação, formação e informação
Educação dos membros	Transação a dinheiro	Ativa cooperação entre as cooperativas, nos planos local, nacional e internacional	Intercooperação
Cooperativização global	Desenvolvimento do ensino em todos os seus graus	Constituição de um fundo para a educação dos cooperados e do público em geral	Interesse pela comunidade

FONTE: Ilha (2005)

Pelas informações do quadro 1, as discussões travadas no período de 1844 a 1937 se davam principalmente pelo 5º princípio (1844), o das “vendas a dinheiro”, ou pelo 6º princípio (1937), o da “transação a dinheiro”. Era impossível e até absurdo, por exemplo, no mundo moderno, pensar-se em vendas e compras exclusivamente à vista. A Assembleia da ACI fazia um grande esforço para revisar principalmente esse princípio, sob pena de, pela impossibilidade de seu cumprimento, alguns sistemas cooperativistas passarem a descumprir as recomendações da ACI, como já estava acontecendo. Esse rompimento, se acontecesse, poderia ocasionar sérios problemas para a unidade cooperativista internacional, como sua divisão em várias facções, além de um encaminhamento inevitável para distorções (PINHO, 1974).

Outro princípio que gerou discussão significativa foi a criação, em 1937, do princípio da “neutralidade política e racial”, princípio que, em 1966, foi acrescido da “neutralidade social e religiosa”, a fim de eliminar, definitivamente, qualquer tipo de preconceito na convivência cooperativa.

Os membros dessas sociedades deverão ter os mesmos direitos de voto (um membro igual a um voto) e de participação nas decisões da sociedade, independentemente de sua religião, preferência política, cor da pele ou raça, bem como das condições econômicas.

Observa-se também que “o livre acesso, a não remuneração ao capital, o retorno proporcional às operações, a educação cooperativista e a gestão democrática” sempre foram mantidos como princípios importantíssimos, entendendo-se que, sem eles, descaracterizar-se-ia totalmente uma cooperativa. Os demais princípios, como o de “intercooperação”, aparece em 1966 e, finalmente, chega-se no Congresso de 1995, com o “interesse pela comunidade” (princípio norteador desta pesquisa). É perfeitamente observável, nesta linha do tempo, que o cooperativismo passa de uma pretensão uníssona para um caráter menos pretensioso e chega a uma concepção mais democrática, a de se inserir na comunidade buscando soluções para todos, na crença de que não é possível uma cooperativa com bom desempenho econômico sediada em uma comunidade com grandes problemas sociais.

### 2.3 CONCEITOS DE COOPERATIVISMO

As cooperativas, segundo Ilha (2005, p.25), “[...] são empresas com características próprias, porém o direcionamento e o gerenciamento a serem seguidos estão muito arraigados ao meio ou às pessoas que as estabelecem; sendo assim, as ações das cooperativas dão margem a várias interpretações”.

Como forma de buscar a essência do conceito de capital social, como um patrimônio da comunidade local, através da cooperativa, apresentam-se, a seguir, alguns importantes estudiosos contemporâneos no cenário cooperativista.

Benecke (1980, p.82) assim conceitua uma cooperativa:

A interpretação das cooperativas movimenta-se entre dois pólos muito distantes um do outro: por um lado, a cooperativa pode ser considerada exclusivamente do ponto de vista econômico; e, por outro lado, pode ser encarada apenas do ponto de vista meramente sócio-político e ideológico. A dupla natureza da cooperativa como empresa e como comunidade de pessoas, assinalada por Draheim e Henzler, pode ser considerada uma tentativa de unificar duas interpretações contrárias. Neste sentido, poder-se-ia conceber a cooperativa como um “Instrumento econômico com consequências sociais” por um lado e, por outro, como “Instrumento social com consequências econômicas”. Considerando-se válida esta dupla natureza, ter-se-ia que atribuir às cooperativas funções econômicas e também sócio-políticas. No entanto, a experiência demonstra que as cooperativas cumprem sua possível função social somente depois de haverem obtido êxito em sua atividade econômica.

Nota-se, claramente, a posição quanto à contribuição econômica das cooperativas, função esta que prevalece sobre qualquer outra. Mesmo assim não é negada a contribuição social ou o papel sociopolítico das cooperativas, porém o autor resolve, em uma ordem de importância, considerar o aspecto econômico o mais relevante.

Quando afirma que a cooperativa cumpriria possivelmente sua função social só depois de obter êxito nas suas atividades econômicas, ele deixa evidente o caráter essencialmente capitalista de acumulação de riqueza, sem grandes preocupações com a comunidade. Por outro lado, Périus (1983, p.68) entende que:



O critério de identidade nos facilita também o conceito da própria cooperativa, como sendo uma associação voluntária de pessoas que procuram melhorar sua situação socioeconômica, utilizando o serviço de uma empresa comum, com a qual se identificam plenamente e passam a dirigi-la e controlá-la democraticamente. A empresa cooperativa, portanto, é a extensão dos sócios, porquanto complementa, aperfeiçoa, maximiza as atividades remunerativas individuais dos sócios. Essas funções se dão de forma coletiva, em cooperação que, para ser eficiente, se deve caracterizar por uma cooperação organizada, consciente e institucionalizada. As três qualidades da cooperação decorrem, por sua vez, das características instrumentais e normativas que acompanham a vida de uma cooperativa. Por característica instrumental entende-se a operação em comum, a cooperativa como instrumento, que vincula o atuar individual ao atuar em comum. Daí decorre o aspecto empresarial da cooperativa.

Quando Périus (1983) intitula a cooperativa como sendo segmento das atividades socioindividuais, que buscam no coletivo melhorar resultados, complementando, aperfeiçoando e maximizando, classifica a importância institucional da cooperativa, pois organiza e vitaliza determinados segmentos econômicos que adotam o cooperativismo.

A contribuição social da cooperativa, nesse contexto, apresenta-se como instrumentos de valorização do trabalho daqueles que a adotam numa relação formalizada, buscando no coletivo vantagens individuais.

Já Franke (1983, p.102) posiciona-se da seguinte forma:

A cooperativa é uma entidade orgânica, de natureza empresarial, constituída pelos cooperados para que, através dela, num regime de entre-ajuda, possam realizar aquelas funções de mercado que eles, isoladamente, não seriam capazes de realizar ou, então, só realizariam de modo menos vantajoso.

Quando faz referências no sentido de definir cooperativa, Franke (1983) o faz de maneira pragmática e basicamente legal. Insiste em caracterizar a cooperativa sob dois aspectos: sociedade auxiliar e sociedade orgânica. Sociedade auxiliar, porque a cooperativa deverá buscar, em todas as atividades e negócios, um só objetivo: o de fomentar, auxiliar, apoiar e incrementar a economia particular dos cooperados. Sociedade orgânica porque a entidade exerce funções de caráter social e, para realizar esta prestação de auxílio aos cooperados, a cooperativa se interpõe entre os cooperados e o mercado, servindo de órgão de ligação.

Franke (1983) põe a cooperativa em regime de igualdade entre a contribuição social e econômica para com seus cooperados, ressaltando a necessidade de que as duas posições, tanto a social como a econômica, andem juntas para caracterizá-la como uma cooperativa.

Bialoskorski (2002, p.77) apresenta o empreendimento cooperativo com aspectos específicos, distintos e, muitas vezes, conflitantes. São eles:

[...] respectivamente, o foco de mercado, da lógica econômica de maximização de resultados, da concorrência e dos preços, como sinalizador da alocação de fatores de produção, de um lado, e o foco da sociedade, do cooperante, da fidelidade contratual, da ética de negócios, da transparência e do desenvolvimento, com distribuição de renda, de outro, de forma a elevar a riqueza e o bem-estar do associado.

Está consubstanciado, nessa definição, que a cooperativa difere de um empreendimento que visa ao lucro, com a essência da razão da sua existência nos moldes dos empreendimentos capitalistas de agregação e de remuneração do capital investido. Para esse autor, o empreendimento cooperativista é uma forma organizacional, que propicia uma série de vantagens para os cooperados. Isto decorre da forma organizacional que permite maior distribuição de renda e resultados, e do fato de a cooperativa ser um agente que consegue estabelecer níveis mais favoráveis de preços para os cooperados.

Pinho (1982, p.27) observa a cooperativa como:

[...] sociedade de pessoas – em oposição à sociedade de capital – organizada em bases democráticas, com o fim precípua de suprir os membros de bens e serviços. Na prática não há apenas uma forma de cooperativas, mas múltiplas formas, o que facilita sua acomodação aos mais variados meios econômico-sociais. O cooperativismo é a doutrina que deu base teórica às realizações cooperativas. É, portanto, posterior à prática cooperativista. Procura corrigir o social pelo econômico, utilizando a cooperativa como instrumento para atingir seus fins.

Pinho (1982) deixa claro que há predominância na razão social para a existência de uma cooperativa, buscando o econômico como meio para que as economias individuais de seus cooperados sejam viabilizadas. A autora se refere à dificuldade de se encontrar um modelo organizacional próprio e afirma que existem múltiplas formas de se acomodar a prática cooperativista, e que isto acaba por facilitar a acomodação de cooperativas nos mais variados meios, o que pode, certamente, constituir razões de desvirtuamento do próprio sistema.

O décimo Congresso Brasileiro de Cooperativismo, realizado em Brasília em 1988, preocupado em unificar o pensamento dos cooperativistas brasileiros, assim definiu a cooperativa:

A cooperativa é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, unidas pela cooperação e ajuda mútua, gerida de forma democrática e participativa, com objetivos econômicos e sociais comuns e cujos aspectos legais e doutrinários são distintos de outras sociedades. Fundamenta-se na economia solidária e se propõe a obter um desempenho eficiente, através da qualidade e da confiabilidade dos serviços que presta a seus próprios associados e seus usuários (OCB, 2008).

Nota-se, claramente, a visão rochdaleana nessa definição, sobretudo quando se refere à ajuda mútua gerida de forma democrática e participativa, bem como à qualidade da empresa econômica e social de estar bem compartilhada, ressaltando o caráter doutrinário que a distingue de outras empresas.

Existe uma orientação generalizada, dentre os conceitos apresentados, de posicionar a cooperativa ora do ponto de vista econômico ora do ponto de vista social para com os seus cooperados. Nenhum deles faz alusão ao aspecto de capital social da comunidade em que está inserida a cooperativa, afrontando, esquecendo ou mesmo desconsiderando o sétimo princípio cooperativista, o do “interesse pela comunidade”.

### 3 A COOPERATIVA COMO ELEMENTO DE CAPITAL SOCIAL LOCAL: o caso da Copagril

Neste segundo momento realiza-se um estudo de caso, por meio de pesquisa de campo com uma abordagem quantitativa, buscando conceber a Cooperativa Agroindustrial Copagril, situada no município de Marechal Cândido Rondon, no Estado do Paraná, como elemento de capital social local, favorecendo o desenvolvimento regional.

Para a compreensão efetiva da proposta é necessário, inicialmente, conhecer algumas características de formação do município de Marechal Cândido Rondon, bem como as próprias razões que levaram à constituição da cooperativa.

#### 3.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON

O município de Marechal Cândido Rondon, situado na Região do Oeste paranaense, foi criado em 1960, desmembrando-se do município de Toledo. Naquela época, segundo Saatkamp (1985), o núcleo populacional era composto por 95% de famílias descendentes de alemães, 5% de famílias de italianos e luso-brasileiros, totalizando cerca de 590 habitantes, procedentes dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

As atividades econômicas implantadas na época ocorriam através de técnicas manuais de agricultura. Com a produtividade do milho e a preferência dos primeiros colonos por esta cultura, surge o estímulo à suinocultura, fortalecendo a economia local. Foi a partir do ano de 1965, com o uso da mecanização para o plantio e colheita, que foram implantados outros tipos de cultura em grandes áreas, como trigo e soja.

Atualmente, o município de Marechal Cândido Rondon foi classificado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) com um índice de desenvolvimento humano (IDH) na ordem de 0,829. Dados do ano de 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sobre o município, indicaram que o seu Produto Interno Bruto a preço de mercado (PIBpm)

foi de R\$ 701.417.373,00. A participação do valor adicionado na agropecuária foi de 10,66%, na indústria de 24,77%, e no serviço de 55,35%. Os impostos tiveram participação no valor adicionado de 9,24%. A renda *per capita* foi de R\$ 15.460,00 (9º município paranaense), e a densidade populacional foi de 60,7 hab./km<sup>2</sup>, com uma população de 44.562 habitantes (IBGE, 2009).

Observa-se que o valor adicionado correspondente ao setor agropecuário tem a menor participação (10,66%) na soma das riquezas geradas no município. Porém, há que se considerar que o grande gerador de serviços, fornecedor de matéria-prima e principal responsável pela industrialização, é o setor agropecuário. Com o rápido desenvolvimento da agropecuária, surgiu a necessidade e o interesse dos agricultores em organizar uma cooperativa agrícola com o objetivo de assistir e defender os interesses da classe, armazenar e comercializar os produtos. Com esse intuito foi constituída a Copagril, que atualmente participa com 38,75% de tudo que é produzido no município.<sup>1</sup>

A Copagril é uma cooperativa agroindustrial cuja missão é integrar tecnologia e eficiência produtiva na área agropecuária por meio da industrialização e comercialização de produtos alimentícios com padrões de excelência (COPAGRIL, 2008). Assim, o foco da cooperativa é agregar valor aos produtos agropecuários, atendendo às necessidades da população, o que por si só define seu foco no mercado.

Conforme o mesmo relatório, a sede administrativa é em Marechal Cândido Rondon, e sua área de ação abrange, além deste município, os municípios de Guaíra, São José das Palmeiras, Santa Helena, Entre Rios do Oeste, Pato Bragado, Quatro Pontes, Mercedes, no Oeste do Paraná, além de Mundo Novo, Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí, Tacuru, Sete Quedas e Amambai, no Mato Grosso do Sul. Conta com 3.887 associados e 2.029 funcionários, possui um faturamento bruto de R\$ 540.158.667,97, patrimônio líquido de R\$ 68.651.961,96, atuando nas áreas de produção, comercialização, industrialização de produtos agropecuários, fornecimento de bens de consumo e prestação de serviços. Seu Estatuto Social apresenta como objetivos: "o estímulo, o desenvolvimento progressivo e a defesa de suas atividades econômicas de caráter comum e também a venda da produção agropecuária ou extrativista, *in natura*, transformada ou industrializada nos mercados locais, nacionais e internacionais" (COPAGRIL, 2004, p.6).

Observa-se que, dentre seus objetivos e sua missão não consta menção ao desenvolvimento local ou regional ou mesmo a seu fortalecimento como capital social, caracterizando-a como uma atividade voltada estritamente ao mercado e ao interesse dos seus cooperados. Desbiens e Ferrera de Lima (2004) consideram que o desenvolvimento tem de ir muito além da simples geração de riquezas, alcançando, também, avanços sociais. Mais do que gerar empregos que atendam às necessidades da população, o processo de desenvolvimento deverá garantir oportunidades sociais,

---

<sup>1</sup>O significado de participação, para este caso, corresponde a todo o faturamento bruto da Copagril sobre seu PIB a preço de mercado no mesmo ano de 2006.

transparência e segurança social. Ou seja, indiretamente a cooperativa deve estimular a organização social, a melhoria do capital humano e social.

Isso exige um estudo mais detalhado para percebê-la como capital social da comunidade, como exposto a seguir.

## 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa busca conhecer a percepção dos *stakeholders*<sup>2</sup> sobre a participação da Copagril como elemento de capital social de Marechal Cândido Rondon, e o modo como influencia o desenvolvimento local e regional. Para isso, foram entrevistados três grupos distintos ligados à Copagril: os dirigentes da cooperativa, os cooperantes e os munícipes.

Para a identificação da importância da cooperativa no percentual de capital social e no desenvolvimento da comunidade, trabalham-se, na pesquisa, as seguintes questões: entidades são mais importantes para o município? Qual a participação da cooperativa no crescimento econômico local? A Copagril como uma empresa comercial, industrial e social; a participação nas discussões mais importantes da cooperativa; o incentivo da prefeitura em propiciar a vinda de outras empresas para concorrerem com a Copagril; e a quem ela possa pertencer.

Os critérios de mensuração da Copagril, como percentual de participação de capital social do município no desenvolvimento local, foram definidos *a priori*: percentual alto, de 70,0% a 100,0%; percentual médio, de 50,0% a 69,9%; e baixo, de 0,0% a 49,9%.

### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO E AMOSTRA

#### **População**

O presente trabalho envolveu uma população segmentada em três grupos distintos: grupo A - dirigentes da Copagril, aqui entendidos como aqueles que estão na gestão da cooperativa, como diretores, assessores e gerentes, abrangendo 19 pessoas; grupo B - cooperantes residentes no município estudado, abrangendo 1.744 pessoas; e grupo C - munícipes de Marechal Cândido Rondon, em número de 31.598 pessoas. Por terem sido considerados neste grupo somente os eleitores do município, não foram entrevistadas crianças. Subtraíram-se deste grupo, também, os cooperantes e os dirigentes da Copagril, uma vez que já fazem parte dos outros segmentos pesquisados.

#### **Amostras**

As fórmulas para determinar o tamanho das amostras apresentadas neste trabalho são do tipo probabilístico e aleatório simples. Conforme McDaniel e

---

<sup>2</sup> *Stakeholder* (em português, parte interessada ou interveniente) é um termo usado em administração que se refere a qualquer pessoa ou entidade que afeta ou é afetada pelas atividades de uma empresa.

Gates (2003), para a definição do tamanho da amostra deste tipo foi utilizada a

equação  $n = \frac{Z^2 [P(1-P)]}{E^2}$ , em que:

n = tamanho da amostra,

Z = o valor na abscissa da curva normal padrão,

P = população,

E = erro amostral.

Utilizou-se o valor de  $Z = 1,5$  do desvio em torno da média dimensionada no eixo da abscissa da curva normal padrão, fixado um nível de confiança de 86,64%, com margem de erro de 6%, seguindo a determinação dos mesmos autores. Tendo-se a população do grupo A com 19 pessoas, os cálculos demonstram a seguinte amostra:

$$n = \frac{1,5^2 [0,5 (1-0,5)]}{0,06^2} = 156,25$$

Observa-se que o tamanho da amostra é muito maior que a população, o que demanda ajustes tomando o valor da amostra dividido pela população. Se o resultado for menor que 5%, considera-se atendida a amostra. Caso contrário, se for maior de 5%, procede-se ao ajuste amostral. Faz-se o cálculo da seguinte maneira:

$$n = \frac{156,25}{19} = 8,22\%$$

Considerando-se que com o valor da amostra dividido pela população do grupo A, que possui 19 pessoas, obteve-se um resultado maior de 5%, será feito o ajuste do tamanho da amostra. Para o ajuste da amostra será utilizado o fator de correção da

população finito, utilizando-se da próxima equação:  $n' = \frac{nN}{N+n-1}$ , sendo que:

n' = tamanho da amostra ajustado;

n = tamanho da amostra original;

N = tamanho da população.

Tem-se que:

$$n' = \frac{156,25 \times 19}{19 + 156,25 - 1} = \frac{2.968,75}{174,25} = 17$$

$$n' = \frac{156,25 \times 1.744}{1.744 + 156,25 - 1} = \frac{272.500,00}{1.899,25} = 143$$

$$n' = \frac{156,25 \times 31.598}{31.598 + 156,25 - 1} = \frac{4.937.187,50}{31.753,25} = 155,48$$

Com esse método, o tamanho da amostra foi estimado para 17 pessoas para o grupo A, de 143 pessoas para o grupo B, e de 156 para o grupo C. A partir disso, procede-se à definição de como serão coletados os dados.

## 4.2 COLETA DE DADOS

Elaborou-se um mesmo questionário tanto para dirigentes da cooperativa quanto para cooperantes e munícipes de Marechal Cândido Rondon, com questões totalmente estruturadas.

O grupo de dirigentes foi abordado em seu local de trabalho, e os cooperantes e munícipes foram entrevistados considerando-se a distribuição proporcional geográfica do município, que compreende os distritos de São Roque, Margarida, Curvado, Iguaporã, Bom Jardim, Porto Mendes, Novo Horizonte, Novo Três Passos e a sede municipal.

O questionário foi aplicado pelo método face a face, individualmente, por abordagem casual, por entrevistadores experientes e treinados no sentido de não interferirem de forma alguma na opinião dos entrevistados. Chamou-se a atenção de todos os entrevistados para o fato de que essas perguntas não tinham a finalidade de analisar seu conhecimento, mas, sim, identificar qual o seu entendimento sobre as questões apresentadas, resguardando sua identidade.

## 4.3 MÉTODOS DE ANÁLISE DOS RESULTADOS

Buscando-se evidenciar as relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores, foram estabelecidas propriedades de causa-efeito e de correlações de análise estatística descritiva com distribuição de frequências, cruzamentos de dados, por meio de tabelas. Para tanto, o ferramental utilizado na compilação dos dados foi o software *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS). Dentre suas possíveis aplicações, o programa foi empregado para o desenvolvimento estatístico das ciências sociais, que possibilitou alcançar os indicativos esperados para esta pesquisa.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante a abordagem do tema ficou evidente a dificuldade de mensurar o capital social, pois existem inúmeros fatores que podem ser considerados como elementos de um conjunto de relações sociais na comunidade, e muitos deles têm um caráter muito grande de subjetividade.

Os indicadores a serem considerados como parâmetros para esta pesquisa foram retirados das experiências dos pesquisadores em desenvolvimento regional, capital social e de cooperativismo, e dos estudos de Moraes (2003) e Milani (2004).

A evolução das instituições e das organizações deve estar assentada no equilíbrio de forças que possam desencadear um processo de desenvolvimento endógeno. Com base neste entendimento é que se investigou a percepção da sociedade rondonense sobre as suas principais estruturas.

Segundo Barquero (2001), para gerar maior desenvolvimento econômico a região terá que alterar seu estado atual, ou seja, ela precisa evoluir. Para isso é preciso ativar os fatores determinantes dos processos de acumulação de capital. Essas alterações terão que ser feitas pela criação e difusão de inovações no sistema produtivo, visando tornar as organizações de produção mais flexíveis, gerar economias de aglomeração e de diversidade nas cidades e fortalecer as instituições.

O primeiro aspecto da pesquisa consistiu em examinar a opinião dos entrevistados em face de um rol de instituições e organizações perfeitamente consagradas e conhecidas por todos (tabela 1). Buscou-se, com esta questão, verificar, em primeiro lugar, a importância das cooperativas como organizações integrantes do município de Marechal Cândido Rondon e, em segundo lugar, o comportamento da população em relação ao equilíbrio de forças.

TABELA 1 - ENTIDADE MAIS IMPORTANTE PARA MARECHAL CÂNDIDO RONDON, PARANÁ, SEGUNDO OS PARTICIPANTES DA PESQUISA - 2008

GRUPO	ENTIDADES (%)									TOTAL
	Sindicatos	Prefeitura	Universidade/ Escolas	Clube Social	Cooperativas	Bancos	Time de Futebol	Igrejas	Rádios e Jornais	
Dirigentes	-	-	29,4	-	70,6	-	-	-	-	100,0
Cooperados	4,2	4,9	28,0	-	49,7	1,4	-	11,2	0,7	100,0
Municípios	6,4	16,0	44,9	0,6	12,2	1,3	1,3	12,2	5,1	100,0
TOTAL	5,1	10,1	36,4	0,3	32,3	1,3	0,6	11,1	2,8	100,0

FONTE: Dados da pesquisa

Como mostra a tabela, as cooperativas são referência para 32,3% dos entrevistados. Embora este percentual seja significativo dentre os das demais entidades, é considerado baixo para os parâmetros estabelecidos para esta pesquisa.

No resultado geral ficou evidente a predominância das escolas/universidade e das cooperativas na preferência da população pesquisada. Embora isto seja positivo, há que se considerar, também, que instituições como prefeitura, sindicatos e igrejas têm um papel enorme no equilíbrio estrutural do município, quando se busca melhorar o desenvolvimento local. Estas instituições representam o aspecto regulatório e de organização da sociedade civil, coibindo abusos por parte da estrutura produtiva. Ou seja, tais instituições tornam-se elementos de “contrapeso” contra o abuso do poder econômico. Sua presença mostra a capacidade da sociedade civil de se organizar rumo ao desenvolvimento local da comunidade. Curiosamente, observa-se que, dentre os dirigentes, há um posicionamento exacerbado no sentido de conferir importância absoluta às cooperativas e às escolas/universidade.

Na sequência tratou-se diretamente da questão do crescimento econômico de Marechal Cândido Rondon, buscando-se apreender a percepção dos entrevistados sobre a participação da Copagril como organização voltada a contribuir com esse crescimento (tabela 2).



TABELA 2 - PARTICIPAÇÃO DA COPAGRIL NO CRESCIMENTO ECONÔMICO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PARANÁ - 2008

GRUPOS	PARTICIPAÇÃO (%)					TOTAL
	Muito Grande	Mais ou Menos	Pouca	Muito Pouca	Nenhuma	
Dirigentes	100,0	-	-	-	-	100,0
Cooperados	74,8	24,5	0,7	-	-	100,0
Munícipes	57,7	37,2	1,9	1,9	1,3	100,0
TOTAL	67,7	29,4	1,3	0,9	0,6	100,0

FONTE: Dados da pesquisa

Na tabela acima, a Copagril figura com um percentual total médio de participação no crescimento econômico do município, a saber, 67,7%, mas há que se observar o posicionamento dos diferentes grupos. Os dirigentes afirmam, na sua totalidade, que a cooperativa que dirigem tem um papel “muito grande” no crescimento do município. Os cooperados da Copagril, por sua vez, embora diverjam, em parte, dos dirigentes, ainda assim apresentam um percentual alto, 74,8%, para os parâmetros da pesquisa. Com um índice significativo, 24,5%, os cooperados opinaram por uma participação “mais ou menos” importante da cooperativa no desenvolvimento do município. Quando se observa a opinião dos munícipes, estes são mais divergentes, com um percentual médio nos indicadores de 57,7%, que são consideráveis na divergência entre os três grupos.

No questionamento sobre se a Prefeitura Municipal deveria incentivar a vinda de outras empresas para o município, para concorrerem com a Copagril, havia o sentimento, por parte dos entrevistados, de proteção da cooperativa frente à concorrência com outras empresas (tabela 3).

TABELA 3 - OPINIÃO, POR PARTE DOS PESQUISADOS, SOBRE SE A PREFEITURA MUNICIPAL DEVERIA INCENTIVAR A VINDA DE EMPRESAS CONCORRENTES COM A COPAGRIL PARA O MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON-PR - 2008

GRUPO	OPINIÃO (%)			TOTAL
	Sim	Não		
Dirigentes	29,4	70,6		100,0
Cooperados	69,2	30,8		100,0
Munícipes	75,6	24,4		100,0
TOTAL	70,3	29,7		100,0

FONTE: Dados da pesquisa

O resultado da pesquisa é favorável, no seu conjunto, à visão de que o poder público municipal “não deve proteger” a cooperativa no confronto concorrencial com outras possíveis empresas, opinião esta compartilhada por 70,3% do total dos entrevistados. Porém, evidencia-se, neste indicador, significativa divergência entre o grupo dos dirigentes e os grupos de cooperados e munícipes. Se de um lado os cooperados e munícipes não temem a concorrência e a veem com bons olhos, os dirigentes têm um pensamento protecionista, pois 70,6% deles se manifestaram a favor do protecionismo. Já os munícipes (75,6%) e os cooperados (69,2%) são a

favor da concorrência e de que a Prefeitura incentive a entrada de concorrentes da Copagrill. Ou seja, os cooperados veem a cooperativa como uma empresa a que estão ligados, mas também se colocam como consumidores ou clientes da mesma. Assim, a criação de barreiras à entrada de competidores nas áreas de atuação da Copagrill dependerá do embate interno entre essas duas visões. É certo que a capacidade de criar barreiras só funcionaria num espaço muito curto de tempo, pois a legislação impede a formação de monopólios, e o interesse da comunidade pesaria politicamente nesse tipo de decisão. Contudo, por si só a divergência entre a visão dos cooperados e a dos dirigentes demonstra que a gestão da cooperativa envolve conflitos de interesses e divergências quanto ao seu papel. Isso se confirma pelo interesse dos cooperados e da própria comunidade em participar das discussões mais importantes relativas à cooperativa.

Pressupõe-se que quem está interessado em participar das discussões mais importantes da cooperativa a considere pessoalmente ou coletivamente um instrumento relevante de desenvolvimento local. Por outro lado, sabe-se que quem participa se compromete e está educado, democraticamente, a desejar o bem comum. Para Becker (2003, p.107), “despertar a faculdade de desejar, de sonhar, é despertar o indivíduo, o cidadão, o sujeito primeiro de qualquer processo de desenvolvimento que se intitule humano”.

Na coleta dos dados sobre o desejo de participar das discussões importantes da cooperativa obteve-se um percentual, considerado médio, de 52,1% (tabela 4). Em contrapartida, quase o mesmo percentual, 47,9% dos entrevistados, não deseja participar das decisões da cooperativa. Merece destaque o fato de, mesmo dentre os cooperados, 32,4% deles não se interessarem pelo assunto. Se, por um lado, este percentual é significativo, também o é o percentual de munícipes que gostariam de discutir assuntos importantes da Copagrill, 32,7%.

TABELA 4 - PARTICIPAÇÃO DOS ENTREVISTADOS NAS DISCUSSÕES IMPORTANTES DA COPAGRIL - 2008

GRUPO	PARTICIPAÇÃO (%)		
	Sim	Não	TOTAL
Dirigentes	100,0	-	100,0
Cooperados	67,6	32,4	100,0
Munícipes	32,7	67,3	100,0
TOTAL	52,1	47,9	100,0

FONTE: Dados da pesquisa

Atente-se para o fato de que a Copagrill é a maior empresa de um município com um índice expressivo de IDH, o qual está entre os mais elevados do País, estando na composição deste índice o item educação, com 0,932, elevadíssimo para os padrões brasileiros. Cabe perguntar: que educação está sendo desenvolvida nesse município? Observou-se nos munícipes (67,3%) o desinteresse em discutir assuntos importantes relacionados à sua maior empresa.

A qualidade da educação está relacionada com a formação de capital humano, e capital humano é um bem estimável da sociedade, que envolve grupos de pessoas capazes de gerar aumento de capital social. As regiões que possuem um sistema educacional mais produtivo, gerando mais capital humano, e mais qualificado, tendem a crescer mais rapidamente, no médio e longo prazos (SILVA, 2005).

Os dados da tabela 5, a seguir, relacionam-se a um dos maiores dilemas do cooperativismo de todos os tempos: afinal, a cooperativa é uma empresa comercial/industrial como qualquer outra, que visa a lucros, ou também tem caráter socializante?

Embora num primeiro momento a caracterização de uma cooperativa como comercial ou social pareça uma discussão inócua, o esclarecimento desse embate poderá ser decisivo estrategicamente para o desenvolvimento da cooperativa e da comunidade local.

TABELA 5 - CLASSIFICAÇÃO DA COPAGRIL SEGUNDO OS ENTREVISTADOS - 2008

GRUPO	CLASSIFICAÇÃO (%)			
	Empresa Comercial/ Industrial	Empresa Social	Os Dois Tipos	TOTAL
Dirigentes	17,6	5,9	76,5	100,0
Cooperados	18,9	10,5	70,6	100,0
Municípios	24,4	8,3	67,3	100,0
TOTAL	21,5	9,2	69,3	100,0

FONTE: Dados da pesquisa

Os resultados da pesquisa demonstram que é procedente a preocupação com essa discussão, pois o grau de percepção dos entrevistados em relação aos dois tipos é considerado com um percentual médio de 69,3%. Mas há que se observar que os três grupos possuem um entendimento muito próximo um do outro quando entendem que a cooperativa é uma empresa comercial/industrial e social. Outro aspecto que chama a atenção nos dados da pesquisa é um entendimento significativo, 21,5%, de que a Copagrill é principalmente uma empresa comercial/industrial.

Perguntou-se também, aos entrevistados, se eles sabiam de quem é a Copagrill (tabela 6). A pergunta soa óbvia, mas o que se buscava era apreender a visão dos entrevistados quanto à cooperativa pertencer à comunidade local, mesmo para aqueles que não possuem uma relação formal com ela.

TABELA 6 - OPINIÃO DOS ENTREVISTADOS SOBRE QUEM SÃO OS PROPRIETÁRIOS DA COPAGRIL - 2008

GRUPO	OPINIÃO DOS ENTREVISTADOS (%)						TOTAL
	Diretoria	Funcionários da Cooperativa	Cooperados	Governo	Comunidade	Não sabe	
Dirigentes	-	-	94,1	-	5,9	-	100,0
Cooperados	4,9	0,7	87,4	-	7,0	-	100,0
Municípios	7,7	1,9	60,9	1,3	14,7	13,0	100,0
TOTAL	6,0	1,3	74,7	0,6	10,8	6,6	100,0

FONTE: Dados da pesquisa

Fica patente que, no entendimento dos entrevistados, a Copagril pertence aos seus cooperados (74,7%). Porém, deve-se considerar que, mesmo entre os dirigentes, os cooperados e, principalmente, entre os munícipes, a cooperativa é mencionada, embora com um percentual baixo, 10,8%, como sendo da comunidade. Um outro dado que merece atenção é que 13,0% dos munícipes afirmam não saber a quem pertence a cooperativa.

## CONCLUSÕES

Este artigo procurou caracterizar a cooperativa primeiramente como elemento de capital social da comunidade, por meio de uma analogia das três vertentes principais apresentadas: o pensamento cooperativista, dos chamados “pensadores utópicos”, os princípios cooperativistas concebidos pela Aliança Cooperativista Internacional (ACI), e os conceitos de estudiosos importantes do cooperativismo.

Ao analisar o pensamento dos precursores do cooperativismo e os princípios cooperativistas da ACI, nota-se que está caracterizada a preocupação da cooperativa para com a comunidade local. Na análise do conceito dos estudiosos do cooperativismo, porém, fica evidente a preocupação da cooperativa somente com os seus cooperantes, ou seja, aqueles que possuem um relacionamento formal com ela. Isto posto, concebe-se a cooperativa como um instrumento que consegue melhorar as condições locais, contudo não como causa de suas ações, mas, sim, como consequência, a despeito do mesmo modelo capitalista.

Assim, revela-se uma dicotomia entre o pensar e o agir cooperativistas. Se a cooperativa deseja fazer parte do capital social da comunidade local e contribuir com o desenvolvimento regional, não pode ficar à margem das discussões sobre assuntos que poderão satisfazer às necessidades da comunidade. Por outro lado, as pessoas da comunidade devem entender que esse empreendimento é seu, mesmo que não tenham uma relação formalizada com ele, pois as ações da cooperativa afetam todas as pessoas da comunidade, direta ou indiretamente. A cooperativa deve, também, desempenhar sua função de liderança social junto aos cooperados e junto à comunidade mediante políticas socioculturais, econômicas e educativas, a fim de promover o bem-estar da comunidade onde está inserida.

Num segundo momento, buscou-se mensurar capital social tendo a Copagril como o seu elemento principal, mesmo sabendo-se que se trata de um grande e arriscado desafio ao pesquisador mensurar capital social, sobretudo quando se trata de apresentar uma cooperativa como seu elemento. Contudo, quando se buscou referencial bibliográfico sobre o tema, não se encontrou nada e ninguém que pudesse dar sustentação a esta pesquisa.

As informações quantitativas apresentadas neste artigo são fruto de um esforço de pesquisa que começou com a elaboração de questões que pudessem retratar o objeto do trabalho, passando, posteriormente, por uma cuidadosa coleta de

dados primários. Porém, essas informações coletadas não falam por si sós, são interpretações de pesquisadores com amplo conhecimento na área, mas que tomaram muito cuidado para não transfigurar os resultados no momento de suas interpretações.

Nessa fase, o objetivo do trabalho foi dar resposta à seguinte questão norteadora: a Copagril, cooperativa situada no município de Marechal Cândido Rondon, pode ser concebida como elemento de capital social, favorecendo o desenvolvimento local?

Para mensurar a Copagril como percentual de participação de capital social do município no desenvolvimento local, definiu-se, *a priori*, como percentual alto, de 70,0% a 100,0%; percentual médio, de 50,0% a 69,9%, e baixo, de 0,0% a 49,9%.

Com base nos resultados encontrados nos dados analisados, configura-se que a Copagril apresenta baixa participação como elemento componente de capital social do município. A situação não é confortável para a cooperativa, nem tampouco para o município. Porém, é preciso considerar que existe certa consciência coletiva do papel da Copagril na geração de desenvolvimento local.

O desenvolvimento local, a comunidade, representada pelos cidadãos e cooperados, deixam de ser contemplados simplesmente como suporte físico para as atividades e processos produtivos da cooperativa. Nesse caso, esta precisará valorizar a territorialidade dos cooperados, as relações entre seus atores sociais, suas organizações concretas, as técnicas produtivas, o meio ambiente e a mobilização social e cultural da comunidade em que está inserida.

Os resultados sugerem que o caminho está trilhado, basta que exista maior incremento em educação cívica, conscientização e informações às pessoas componentes dos três grupos pesquisados. Encaminhadas essas ações, o passo seguinte deverá ser dado no sentido de consolidar um maior relacionamento democrático da cooperativa com todos os seus elementos do ambiente vivencial, e, da mesma forma, dos agentes da comunidade com a cooperativa. Com isso, haveria um aumento de capital social, em que ganharia a Copagril e ganharia a comunidade local, pois isto geraria maior confiança de ambas as partes, proporcionando um maior desenvolvimento econômico e melhor qualidade de vida a todos.

Como uma sociedade solidária, o cooperativismo deveria estar em plena harmonia com a sua ideologia, ou seja, “ajudar a construir uma sociedade livre, justa e solidária”, e aí, sim, o cooperativismo poderia servir como um importante instrumento de desenvolvimento regional, fortalecendo o capital social da comunidade local e contribuindo para diminuir as diferenças sociais. A boa cooperativa é, sem dúvida, decorrência de um aprendizado, fruto da evolução da sociedade, e esta evolução é condizente com a proposta de elemento de formação de capital social.

As conclusões aqui apresentadas estão muito aquém de possuírem caráter definitivo. Na verdade, o objetivo foi contribuir com a discussão sobre a visão de que a cooperativa e a comunidade são elos inseparáveis de uma mesma corrente que poderia propiciar maior desenvolvimento regional e melhor distribuição de renda e de riqueza, se a ideia cooperativista fosse efetivamente posta em prática.

Fica aqui sugerida uma pauta de discussões no sentido de que um maior número de estudiosos se envolva neste assunto, o qual é ainda incipiente na comunidade científica e no próprio ambiente cooperativista.

## REFERÊNCIAS

ABRANTES, J. **Associativismo e Cooperativismo**: como a união de pequenos empreendedores pode gerar emprego e renda no Brasil. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.

ACI - International Co-operative Alliance. Disponível em: <<http://www.ica.coop>>. Acesso em: 20 jul. 2008.

BANDEIRA, P. S. **Algumas hipóteses sobre as causas das diferenças regionais quanto ao capital social no Rio Grande do Sul**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Tradução Ricardo Brinco. Porto Alegre: FEE, 2001.

BECKER, D. **Capital Social**: uma nova derivação da economia de mercado? Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

BENECKE, D. W. **Cooperação e Desenvolvimento**. O papel das cooperativas no processo de desenvolvimento econômico nos países do Terceiro Mundo. Porto Alegre: Coojornal, 1980.

BIALOSKORSKI, S. N. Estratégias e cooperativas agropecuárias: um ensaio analítico. In: BRAGA, M. J.; REIS, B. S. (Org.). **Agronegócio cooperativo**: reestruturação e estratégias. Viçosa: UFV: DER, 2002. p.77-97.

COPAGRIL - Cooperativa Agroindustrial. **Estatuto Social da Cooperativa Agroindustrial Copagril**. Marechal Cândido Rondon, 2004.

COPAGRIL - Cooperativa Agroindustrial. **Relatório Anual 2008**. Disponível em: <<http://www.copagril.com.br>>. Acesso em: 09 jun. 2009.

DESBIENS, Y.; FERRERA DE LIMA, J. Cadrage du développement regional. **Interfaces Brasil/Canadá**. Porto Alegre: Associação Brasileira de Estudos Canadenses, n. 4, p.179-192, 2004.

FERRERA DE LIMA, J. **La diffusion spatiale du développement économique regional: l'analyse de la diffusion au sud du Brésil dans le XX<sup>e</sup> siècle**. Thèse de doctorat, DSH - Université du Québec, Québec, 2004.

FERRERA DE LIMA, J. Les limites et le potentiel du développement durable. **Interfaces Brasil/Canadá**. Porto Alegre: Associação Brasileira de Estudos Canadenses, v.1, n. 2, p.187-196, 2002.

FRANKE, W. **Doutrina e Aplicação do Direito Cooperativo**. Porto Alegre: Pallotti, 1983.

IBGE. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 05 jun. 2009.

ILHA, P. C. A história do pensamento cooperativo e o modelo de gestão organizacional. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista**, Cascavel: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, v.5, n.8, p.23-41, jan./jun. 2005.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Cortez, 1998. Prólogo de José Paulo Netto.

McDANIEL, C.; GATES, R. **Pesquisa de Marketing**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

MILANI, C. R. S. Teorias do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). **Organizações e Sociedade**, Salvador: UFBA, v.11, edição esp., p.95-113, 2004.

MORAES, J. L. A. **Capital social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br>>. Acesso em: 18 de abr. de 2008.

PÉRIUS, V. **Problemas estruturais do cooperativismo**. Porto Alegre: OCERGS, 1983.

PINHO, D. B. **A doutrina cooperativista e a problemática do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Fundação Friedrich Naumann, 1974.

PINHO, D. B. **O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro**. São Paulo: CNPQ, 1982.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: 06 de jun. 2008.

SAATKAMP, V. **Desafios, lutas e conquistas: história de Marechal Cândido Rondon**. Cascavel: ASSOESTE, 1985.

SILVA, J. A. S. O papel do capital humano, do capital social e das inovações tecnológicas na formação de redes territoriais, no crescimento endógeno e no desenvolvimento regional. **Redes: Revista do Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, v.10, n.2, p.129-152, maio/ago. 2005.